

Demonstrações Financeiras

Paranaguá Saneamento S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balanco patrimonial	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia.....	11
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	12
3. Receita operacional líquida	15
4. Custos e despesas.....	16
5. Resultado financeiro.....	17
6. Imposto de renda e contribuição social	17
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	20
8. Contas a receber e outros recebíveis	20
9. Intangível e ativo de contrato	22
10. Fornecedores e outras contas a pagar	25
11. Empréstimos e financiamentos.....	25
12. Debêntures.....	26
13. Provisão para perdas com causas judiciais	27
14. Patrimônio líquido.....	28
15. Gerenciamento de capital.....	29
16. Instrumentos financeiros	29
17. Partes relacionadas.....	35
18. Seguros.....	36
19. Compromissos	36
20. Transações não envolvendo caixa	36

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Paranaguá Saneamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaguá Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Receita de prestação de serviço de água e esgoto

Por que é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, às demonstrações financeiras, as receitas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são de R\$102.172 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$91.171 mil em 31 de dezembro de 2022). O processo de reconhecimento dessas receitas envolve um grande volume de transações e possuem uma base pulverizada de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento das receitas inclui as estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, calculadas a partir da última data de leitura de consumo até a data do balanço patrimonial, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) aos julgamentos relevantes exercidos pela Administração no reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo a estimativa da mensuração da receita não faturada; e (iii) ao alto volume de transações que ocorrem mensalmente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação de controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento da receita, incluindo envolvimento dos especialistas de TI para avaliação dos controles gerais do ambiente de tecnologia e os controles automatizados relacionados à receita.
- ii) Execução de projeções independentes com base em premissas histórias realizadas de receita, volume vendido e quantidade de clientes, com base no resultado obtido, comparação com os registros contábeis da Companhia.
- iii) Execução de teste, em base amostral, sobre as receitas de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, a fim de avaliar a ocorrência e exatidão das transações.
- iv) Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, verificação dos dados e critérios adotados pela Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2023, bem como teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame da fatura e da liquidação subsequente da receita a faturar.
- v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos sobre os processos de reconhecimento de receita de prestação de serviço de água e esgoto, bem como ajustes imateriais, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos as receitas reconhecidas provenientes de prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura da concessão - Intangível, ativo de contrato e outorga da concessão

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrados saldos de ativos intangíveis de concessão, ativo de contrato e outorga da concessão, divulgados na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, com os montantes de R\$335.655 mil, R\$18.120 mil e R\$23.634 mil, respectivamente, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura.

Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos à medida em que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos através da cobrança dos serviços prestados via tarifa. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. A outorga da concessão, por sua vez, refere-se ao montante pago em decorrência do contrato de concessão, a qual é amortizada linearmente pelo prazo de concessão. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão e, é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) às especificidades atreladas à mensuração e ao processo de capitalização de gastos com a infraestrutura da concessão, que envolve determinado grau de julgamento por parte da Administração na alocação entre custo capitalizável e despesas de manutenção; e (iii) ao alto grau de julgamento necessário para a avaliação de recuperabilidade dos ativos, o que envolve análises de premissas subjetivas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação de controles internos relevantes relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão.
- ii) Execução de procedimentos de auditoria sobre a análise de recuperabilidade dos ativos preparada pela Companhia, a fim de avaliar se não haveria indicativos de redução ao valor recuperável a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2023. Como parte desses procedimentos, desafiamos as estimativas e premissas de negócio relevantes, como crescimento de receita, custos, despesas e taxa de desconto, para avaliar se os ativos de infraestrutura da concessão teriam sofrido desvalorização.
- iii) Execução de teste, em base amostral, sobre as adições, com a finalidade de avaliar a ocorrência, valorização e natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas, inspecionando a correspondente documentação suporte.
- iv) Execução de teste, em base amostral, sobre as transferências efetuadas de ativo de contrato (obras em andamento) para intangível, com a finalidade de avaliar a exatidão do momento de início da amortização.
- v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas ao processo de capitalização de custos de empréstimos, bem como ajustes imateriais, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitável o processo de reconhecimento da infraestrutura da concessão - intangível, ativo de contrato e outorga da concessão no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 31 de março de 2023, sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 1º de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	3	138.263	128.601
Custo dos serviços prestados	4	(88.184)	(84.226)
Lucro bruto		50.079	44.375
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(19.474)	(20.785)
Outras receitas		114	9
		(19.360)	(20.776)
Resultado antes do resultado financeiro		30.719	23.599
Receitas financeiras	5	9.429	13.276
Despesas financeiras	5	(67.217)	(61.550)
Resultado financeiro		(57.788)	(48.274)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(27.069)	(24.675)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	-	(4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	9.198	8.274
Prejuízo do exercício		(17.871)	(16.405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.



Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(17.871)	(16.405)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(17.871)	(16.405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(27.069)	(24.675)
Ajustes para:			
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	699	2.084
Depreciação e amortização	4	15.993	13.340
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		10	(81)
Provisão para perdas com causas judiciais	13	71	161
Encargos e variações monetárias, líquidas		56.540	55.676
		46.244	46.505
Variações em:			
Aumento em contas a receber e outros recebíveis		(1.958)	(118)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar		(677)	(1.379)
Redução (aumento) em outros ativos		967	(1.149)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar		(1.024)	1.027
Aumento em outras obrigações		335	403
Aumento em obrigações fiscais		64	576
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		43.951	45.865
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis		816	1.038
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(4)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento		(15.809)	(17.320)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		28.958	29.579
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado		(3.364)	-
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	9	(34.486)	(47.107)
Aplicações financeiras		(71.477)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento		(109.327)	(47.107)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures e partes relacionadas tomadas	12	24.300	20.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento		(35.649)	(34.600)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento		(11.349)	(14.600)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(91.718)	(32.128)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7	92.497	124.625
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	779	92.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.



Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em milhares de reais

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	779	92.497	Fornecedores e outras contas a pagar	10	17.198	8.250
Aplicações financeiras	7	79.024	-	Fornecedores - risco sacado	10	110	500
Contas a receber e outros recebíveis	8	10.130	8.056	Empréstimos e financiamentos	11	1.436	1.549
Impostos e contribuições a recuperar		3.055	2.077	Passivo de arrendamento		365	265
Outros ativos		1.949	2.883	Debêntures	12	39.256	85.335
Total do ativo circulante		94.937	105.513	Obrigações fiscais		2.059	1.995
Não circulante				Outras obrigações		2.904	2.774
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		63.328	100.668
Impostos e contribuições a recuperar		-	301	Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	31.752	22.554	Fornecedores e outras contas a pagar	10	424	424
Outros ativos		955	988	Empréstimos e financiamentos	11	175.314	146.347
Total do realizável a longo prazo		32.707	23.843	Debêntures	12	295.141	238.924
Imobilizado		3.621	863	Provisão para perdas com causas judiciais	13	808	737
Ativos de direito de uso		360	262	Outras obrigações		205	-
Intangível e ativo de contrato	9	377.547	348.442	Total do passivo não circulante		471.892	386.432
Total do ativo não circulante		414.235	373.410	Total do passivo		535.220	487.100
Total do ativo				Passivo a descoberto			
		509.172	478.923	Capital social	14 a	28.236	28.236
				Prejuízos acumulados		(54.284)	(36.413)
				Total do passivo a descoberto		(26.048)	(8.177)
				Total do passivo e do passivo a descoberto		509.172	478.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	14	28.236	(20.008)	8.228
Prejuízo do exercício		-	(16.405)	(16.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14	28.236	(36.413)	(8.177)
Prejuízo do exercício		-	(17.871)	(17.871)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	28.236	(54.284)	(26.048)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Informações gerais

A Paranaguá Saneamento S.A. “Companhia”, está localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná.

A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela Administração em 01 de abril de 2024.

1.2. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A, juntamente com o Contrato de Subconcessão. Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a Companhia vai operar o sistema até 2045.

1.3. Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações e melhoria na gestão de capital de giro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$17.871 (R\$16.405 em 31 de dezembro de 2022) e apresenta passivo a descoberto de R\$26.048 (R\$8.177 em 31 de dezembro de 2022). Esse cenário já era esperado pela Companhia e a expectativa é de geração de lucros e reversão desse cenário até o final do exercício de 2025.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos disponíveis para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021) - estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substituiu o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. Uma vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.
- Definição de estimativas contábeis - Alterações à IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade - As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

- Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Única Transação - Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

As alterações trazidas acima não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – Tributos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.
- Nota explicativa nº 8 - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

- Nota explicativa nº 9 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- Nota explicativa nº 13 - Provisões para perdas com causas judiciais. A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Receita operacional líquida

3.1. Política contábil

A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A receita oriunda de faturamento para clientes inadimplentes acima de 365 dias não é reconhecida por existir incerteza significativa sobre o recebimento de sua contraprestação.

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

c) Receita de serviços de operação

A receita de serviços corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

3.2. Composição

Receita líquida	2023	2022
Água	65.462	59.694
Esgoto	36.710	31.477
Construção	43.976	47.045
Serviços	4.315	1.732
Receita operacional bruta	150.463	139.948
Abatimentos e cancelamentos	(2.526)	(2.955)
Impostos sobre serviços	(9.674)	(8.392)
Deduções	(12.200)	(11.347)
Receita operacional líquida	138.263	128.601

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas por natureza	2023	2022
Custo de construção	(43.976)	(47.045)
Depreciação e amortização	(15.993)	(13.340)
Serviços de terceiros	(14.313)	(12.223)
Pessoal	(18.055)	(16.385)
Outorga e taxas de fiscalização	(4.021)	(3.474)
Energia elétrica	(4.039)	(4.050)
Materiais	(4.401)	(4.136)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(699)	(2.084)
Outros custos e despesas	(2.161)	(2.274)
Total	(107.658)	(105.011)
Custo dos serviços prestados	(88.184)	(84.226)
Despesas administrativas e gerais	(19.474)	(20.785)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

5. Resultado financeiro

5.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras e contas a receber de clientes e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	1.631	2.076
Juros de aplicações financeiras	7.570	11.056
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	227	63
Outras receitas financeiras	1	81
Total	9.429	13.276
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(28.510)	(34.119)
Juros sobre empréstimos e debêntures com partes relacionadas	(37.187)	(23.549)
Juros sobre arrendamento	(21)	(84)
Comissões e despesas bancárias	(430)	(754)
Outras despesas financeiras	(1.069)	(3.044)
Total	(67.217)	(61.550)
Resultado financeiro	(57.788)	(48.274)

6. Imposto de renda e contribuição social

6.1. Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

6.2. Composição

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	49.136	40.269	-	-	8.867	7.115
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e receita não reconhecida (b)	3.477	3.645	-	-	(168)	741
Arrendamentos	2	1	-	-	1	(18)
Provisão para perdas com causas judiciais	275	251	-	-	24	55
Outras provisões	146	141	-	-	5	11
Custo de transação de empréstimos	-	-	208	238	30	33
Intangível líquido - contratos de concessão	-	-	805	810	5	8
Direitos a faturar	-	-	1.642	1.236	(406)	(42)
Juros capitalizados	-	-	10.593	11.062	469	-
Ágio sobre aquisições	-	-	8.036	8.407	371	371
	53.036	44.307	21.284	21.753	9.198	8.274
Compensação (*)	(21.284)	(21.753)	(21.284)	(21.753)	-	-
Total líquido	31.752	22.554	-	-	9.198	8.274

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(*) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

(b) Vide política contábil constante na nota explicativa nº 3.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2023	2022
Resultado do exercício antes dos impostos	(27.069)	(24.675)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa/crédito com imposto a alíquota nominal	9.203	8.390
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(85)	(117)
Outras	80	(3)
Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	(5)	(120)
Imposto corrente	-	(4)
Imposto diferido	9.198	8.274
Alíquota efetiva	(34%)	(34%)

Cronograma de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	2023	2022
2023	-	786
2024	3.477	3.932
2025	5.767	5.382
2026	7.645	5.910
2027	6.690	5.670
2028	6.690	5.670
2029 em diante	1.483	16.957
Total	31.752	44.307

A estimativa utilizada para realização do saldo dos impostos diferidos ativos foi feita com base no plano de negócios que demonstra que a Companhia, devido a melhoria da performance operacional, crescimento da base de economias em função do aumento de cobertura, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e obtenção dos pleitos regulatórios, gerará lucros tributáveis até o final das concessões superiores ao montante total de créditos fiscais.

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

7.1. Política contábil

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

7.2. Composição

	Taxa média de remuneração	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos		779	816
Fundos de investimento	12,81% 2022	-	91.681
Total caixa e equivalentes de caixa		779	92.497
Aplicações financeiras			
Fundos de investimento (*)	13,90% 2023	79.024	-
Total aplicações financeiras		79.024	-
Total		79.803	92.497

(*) Fundo de investimento exclusivo do Grupo Iguá, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa referenciados ao DI. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, riscos de crédito, liquidez e análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 16. O fundo de investimento contido na linha de aplicações financeiras é, majoritariamente, de renda fixa tipo FIC, remunerado em condições e taxas normais de mercado.

8. Contas a receber e outros recebíveis

8.1. Política contábil

Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa.

8.2. Composição

	Nota	2023	2022
Contas a receber de saneamento e serviços		19.518	18.332
Direitos a faturar (*)		5.322	4.005
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		(15.253)	(14.554)
		9.587	7.783
Operações mensais - partes relacionadas	17	117	1
Outros		426	272
		543	273
Circulante		10.130	8.056
Total		10.130	8.056

(*) São os serviços prestados e ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar é como segue:

	2023	2022
A vencer	8.904	7.418
Vencidos até 30 dias	2.662	2.223
Vencidos entre 31 e 60 dias	490	486
Vencidos entre 61 e 90 dias	168	219
Vencidos entre 91 e 120 dias	145	169
Vencidos entre 121 e 150 dias	319	125
Vencidos entre 151 e 180 dias	360	110
Vencidos acima de 181 dias	11.792	11.587
Total	24.840	22.337

O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	12.470
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa reconhecida	2.084
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.554
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa reconhecida	699
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.253

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

9. Intangível e ativo de contrato

9.1. Política contábil

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é iniciada no mês subsequente a data de aquisição ou do término das obras, é reconhecida no resultado de forma linear e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os custos de empréstimos são capitalizados no período entre o início da obra até o ativo ficar em condições de uso pela Companhia e essa capitalização é suspensa caso seja suspenso o desenvolvimento do ativo por mais de 30 dias. Os juros sobre as captações utilizadas para pagamento da outorga fixa não são capitalizados.

9.2. Composição

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga concessão (ii)	Software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	239.659	48.143	25.816	83	313.701
Adições	-	47.045	-	62	47.107
Transferências	15.650	(15.650)	-	-	-
Baixas	(853)	-	-	-	(853)
Amortização	(10.372)	-	(1.091)	(50)	(11.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	244.084	79.538	24.725	95	348.442
Adições	75	43.901	-	92	44.068
Transferências	105.319	(105.319)	-	-	-
Amortização	(13.823)	-	(1.091)	(49)	(14.963)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	335.655	18.120	23.634	138	377.547

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Taxa média de amortização % a.a. (a) (*)	2022		2023		
		Custo total	Adição	Baixas	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86	72.002	-	-	568	72.570
Rede de Esgoto	3,55	211.450	-	-	59.545	270.995
Rede de Água	3,62	68.401	-	-	8.461	76.862
Máquinas, aparelhos e equipamentos	12,22	4.718	75	-	4.208	9.001
Custo de empréstimos	4,35	1.553	-	-	-	1.553
Juros capitalizados	4,35	-	-	-	32.537	32.537
Total		358.124	75	-	105.319	463.518
Amortização		(114.040)	(13.823)	-	-	(127.863)
Total		244.084	(13.748)	-	105.319	335.655

a) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia alterou a forma de divulgação da taxa média, deixando de apresentar o intervalo das taxas de amortização para o percentual médio efetivo do período.

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2021		2022		
		Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	70.807	-	-	1.195	72.002
Rede de Esgoto	De 4 a 6	206.779	-	-	4.671	211.450
Rede de Água	De 4 a 5	59.950	-	-	8.451	68.401
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	3.385	-	-	1.333	4.718
Custo de empréstimos	De 4 a 5	1.553	-	-	-	1.553
Outros	-	853	-	(853)	-	-
Total		343.327	-	(853)	15.650	358.124
Amortização		(103.668)	(10.372)	-	-	(114.040)
Total		239.659	(10.372)	(853)	15.650	244.084

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(ii) Outorga de Concessão

Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

Operação com concessão	Prazo final da concessão	Prazo remanescente - anos	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Paranaguá Saneamento S.A.	2045	22	39.549	39.549
Amortização acumulada			(15.915)	(14.824)
Total líquido			23.634	24.725

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização de gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC), descontado pela taxa WACC, calculada com base em premissas de mercados comparáveis. A Companhia considera como UGC o direito de concessão registrado no intangível.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas - foram projetadas entre 2024 e o término do período de concessão, considerando os reajustes tarifários ordinários, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto e crescimento vegetativo previstos no plano de negócio da UGC.
- Custos e despesas operacionais - foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia.
- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal de 9,06% (9% em 31 de dezembro de 2022).

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável da UGC tendo como base o Plano de Negócio 23-27 aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023. Como resultado do teste, não foi constatado a necessidade de reconhecimento de *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

10. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	2023	2022
Fornecedores diversos		17.126	8.167
Fornecedores - risco sacado (*)		110	500
Operações mensais - partes relacionadas	17	496	507
		17.732	9.174
Circulante		17.308	8.750
Não circulante		424	424
Total		17.732	9.174

(*) Não há alteração de prazos e condições de pagamento. A Companhia classificou os valores de risco sacado em linha específica no balanço patrimonial.

11. Empréstimos e financiamentos

11.1. Política Contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

11.2. Composição

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros médios		2023	2022
			a.a. (%) (*)	Vencimento		
Financiamento BNDES – partes relacionadas	17	TJLP	10,35	2024	1.440	2.980
Mútuos - partes relacionadas	17	CDI	17,04	2026	170.314	144.931
Conta corrente - partes relacionadas				-	5.000	-
					176.754	147.911
(-) Custo de transação				2024	(4)	(15)
Circulante					1.436	1.549
Não circulante					175.314	146.347
Total					176.750	147.896

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

11.3. Garantias

O financiamento junto ao BNDES é garantido por fiança bancária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

11.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos desses índices periodicamente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tinha obrigatoriedade de cumprimento de *covenants*.

12. Debêntures

12.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

12.2. Composição

Linha de crédito	Indexador	Juros médios		Vencimento	2023	2022
		a.a. (%) (*)				
Debêntures 2ª emissão	IPCA	10,72		2030	248.817	271.709
Debêntures 3ª emissão	CDI	17,04		2026	55.120	46.905
Debêntures 4ª emissão	CDI	17,04		2026	23.612	20.093
Debêntures 5ª emissão	CDI	17,04		2025	14.351	-
Debêntures 6ª emissão	CDI	17,04		2025	5.018	-
					346.918	338.707
(-) Custo de transação				2030	(12.521)	(14.448)
Circulante					39.256	85.335
Não circulante					295.141	238.924
Total					334.397	324.259

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

12.3. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com as cláusulas de *covenants*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

Companhia	Índices financeiros
Paranaguá Saneamento	Dívida Líquida/Ebitda Ajustado menor ou igual a 4,75x para os exercícios sociais findos em 2021 e 2022; 3,75x em 2023 e 3,50x de 2024 em diante.

12.4. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos, financiamentos e debêntures

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	133.231	312.787	446.018
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Emissão de debêntures	-	20.000	20.000
Amortização de principal	(2.065)	(32.230)	(34.295)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(2.065)	(12.230)	(14.295)
Outras variações			
Provisão de juros	17.030	40.638	57.668
Pagamento de juros	(300)	(16.936)	(17.236)
Total de outras variações	16.730	23.702	40.432
Saldo em 31 de dezembro 2022	147.896	324.259	472.155
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação	-	19.300	19.300
Conta corrente - partes relacionadas	5.000	-	5.000
Amortização de principal	(1.557)	(33.660)	(35.217)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	3.443	(14.360)	(10.917)
Outras variações			
Provisão de juros	25.588	40.109	65.697
Pagamento de juros	(177)	(15.611)	(15.788)
Total de outras variações	25.411	24.498	49.909
Saldo em 31 de dezembro 2023	176.750	334.397	511.147

13. Provisão para perdas com causas judiciais

13.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nessa nota explicativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

13.2. Composição

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 1º janeiro de 2022	12	548	16	576
Adições	142	370	-	512
Baixas/reversões	(1)	(350)	-	(351)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	153	568	16	737
Adições	19	211	86	316
Baixas/reversões	(153)	(92)	-	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19	687	102	808

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$34.042 em 31 de dezembro de 2023 (R\$15.868 em 31 de dezembro de 2022).

Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível:

Processo 0000302-92.2012.8.16.0129 - Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MP) acerca do direito de cobrança dos serviços de esgotamento sanitário pela Companhia. O objeto da discussão é a suspensão da cobrança da tarifa de esgoto enquanto não implementada rede separadora de esgoto e devolução das tarifas de esgoto cobradas de quem é atendido por rede unitária. O MP pleiteia também a devolução em dobro dos valores supostamente cobrados indevidamente. A Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, avalia o prognóstico de perda como possível. Estimativa do valor a ser devolvido aos usuários em hipótese de insucesso da tese da empresa é no montante de R\$26.000.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 28.236 (R\$28.236 em 31 de dezembro de 2022), representado por 28.236.154 ações ordinárias, (28.236.154 em 31 de dezembro de 2022), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2023	2022
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de retenção de lucros

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

15. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total do passivo	535.220	487.100
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(79.803)	(92.497)
(=) Dívida Líquida (A)	455.417	394.603
Total do passivo a descoberto (B)	(26.048)	(8.177)
Índice de alavancagem (A/B)	(17,48)	(48,26)

16. Instrumentos financeiros

16.1. Categoria dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 e não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023.

	Nota	Valor justo por meio do resultado (nível 2)		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	91.681	779	816	-	-
Aplicações financeiras	7	79.024	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	8	-	-	10.130	8.056	-	-
Ativos financeiros		79.024	91.681	10.909	8.872	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	10	-	-	-	-	17.732	9.174
Empréstimos e financiamentos (*)	11	-	-	-	-	176.754	147.911
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	365	265
Debêntures (*)	12	-	-	-	-	346.918	338.707
Passivos financeiros		-	-	-	-	541.769	496.057

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

16.2. Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez, preço e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem recebíveis decorrentes de suas atividades operacionais. No contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e do fornecimento dos serviços, além disso, existem contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, como segue abaixo:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	779	92.497
Aplicações financeiras	7	79.024	-
Contas a receber e outros créditos	8	10.130	8.056
Total		89.933	100.553

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2023	2022
Fornecedores e outras contas a pagar	10	17.732	9.174
Empréstimos e financiamentos (*)	11	176.754	147.911
Passivo de arrendamento		365	265
Debêntures (*)	12	346.918	338.707
Circulante		60.295	97.836
Não circulante		481.474	398.221
Total		541.769	496.057

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Fluxo de caixa					
			12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 79 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	17.732	17.732	17.308	424	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	171.754	187.390	1.506	-	185.884	-	-	-
Debêntures (*)	346.918	482.690	49.544	75.710	150.708	51.435	51.500	103.793
Total	536.404	687.812	68.358	76.134	336.592	51.435	51.500	103.793

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Fluxo de caixa					
			12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 91 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	9.174	9.174	8.750	424	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	147.911	191.161	1.825	189.336	-	-	-	-
Debêntures (*)	338.707	498.130	104.487	77.516	50.978	51.849	52.445	160.855
Total	495.792	698.465	115.062	267.276	50.978	51.849	52.445	160.855

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

iv) Risco de preço

As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato.

v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Cenários											
			Provável				Apreciação das taxas				Depreciação das taxas			
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros														
Aplicações financeiras	79.024	CDI	10,70	8.456	13,38	10.573	16,05	12.683	8,02	6.338	5,35	4.228		
Total	79.024			8.456		10.573		12.683		6.338		4.228		
Passivos financeiros														
Financiamento BNDES – partes relacionadas	(1.440)	TJLP	6,55	(94)	8,19	(118)	9,83	(142)	4,91	(71)	3,27	(47)		
Mútuos - partes relacionadas	(170.314)	CDI	10,04	(17.100)	12,55	(21.374)	15,06	(25.649)	7,53	(12.825)	5,02	(8.550)		
Debêntures 2ª emissão	(248.817)	IPCA	3,50	(8.709)	4,38	(10.898)	5,25	(13.063)	2,62	(6.519)	1,75	(4.354)		
Debêntures 3ª a 6ª emissão	(98.101)	CDI	10,04	(9.849)	12,55	(12.312)	15,06	(14.774)	7,53	(7.386)	5,02	(4.924)		
Total	(518.672)			(35.752)		(44.702)		(53.628)		(26.801)		(17.875)		
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	(439.648)			(27.296)		(34.129)		(40.945)		(20.463)		(13.647)		
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(6.833)		(13.649)		6.833		13.649		

Fontes: as informações das taxas foram extraídas das seguintes fontes: IPCA e CDI - B3, projeção para os próximos doze meses. TJLP – BNDES, na data de 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

17. Partes relacionadas

17.1. Política

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações.

17.2. Composição

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços.

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures			(Nota 10, 11 e 12)	(Nota 10, 11 e 12)			
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	-	(2.877)	(2.755)	
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	117	1	482	(679)	(11)	
Locação de Equipamentos - Fluxx.ia	(c)	-	-	14	(286)	(83)	
Conta corrente	(d)	-	-	5.000	-	-	
Mútuo	(e)	-	-	170.314	144.931	(25.384)	(16.692)
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(f)	-	-	1.440	2.980	(205)	(320)
Debêntures	(g)	-	-	98.101	66.998	(11.803)	(6.857)
Circulante		117	1	1.512	48.465	-	-
Não circulante		-	-	273.839	166.951	-	-
Total		117	1	275.351	215.416	(41.234)	(26.718)

a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

c) Refere-se a locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.IA Medição Inteligente S.A.

d) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

e) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros fixos de 4% ao ano + 100% do CDI.

f) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 11.

g) Refere-se a debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 22 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 40.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2026, debêntures emitidas em 21 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 20.000 com vencimento em 23 de dezembro de 2026, debêntures emitidas em 11 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 5.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2025 e debêntures emitidas em 08 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 14.300 com vencimento em 08 de dezembro de 2025, todas com remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas diárias dos DI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

18. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

19. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde ao percentual de 0,5% da arrecadação obtida mensalmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o montante de R\$504 (R\$434 em 31 de dezembro de 2022).

b) Taxa de regulação

Refere-se a taxa que deverá ser recolhida por meio da aplicação da alíquota de 3,5% sobre o total da arrecadação obtida mensalmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o montante de R\$3.526 (R\$3.040 em 31 de dezembro de 2022).

c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

20. Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2023	2022
Aquisição de intangível a prazo	9.582	-
Total	9.582	-

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Eric Wormann Maffazzioli
Wagner Antonio de Souza Junior

Contador

Thiago Araujo Barner
CRC/SP nº 1MG-103727/O-0